

# Ulysses quer votar sistema de governo domingo

Andre Meireles

Ao alertar para os perigos que rondam a Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães anunciou a um grupo de parlamentares e ministros, reunidos em sua residência na noite de quarta-feira, a decisão de colocar em votação neste domingo o sistema de governo. A reunião serviu para consolidar a alternativa do grupo para a crise política: a mudança imediata do sistema de governo com a fixação em cinco anos de mandato presidencial. Essa solução já teria o aval dos militares e implicaria no início da experiência parlamentarista ainda neste semestre. O nome consensual para Primeiro-Ministro é o do deputado Ulysses Guimarães. E o primeiro programa de governo seria o Plano de Emergência que está sendo elaborado sob a orientação de diversos governadores e a coordenação do governador Henrique Santillo, de Goiás.

Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que não foram convidados para a reunião, discordam da alternativa que está sendo negociada e insistem na fixação de um mandato

de quatro anos para Sarney. O primeiro resultado positivo desta articulação foi a conquista do apoio do Centro-Democrático PMDB, anteriormente alinhado com o presidencialismo.

Na reunião, apenas o deputado Maurício Fruet, presidente do PMDB do Paraná, discordou da proposta, afirmando ser impossível qualquer acordo desde que a convenção partidária transferiu para os constituintes as decisões sobre o sistema de governo e o mandato presidencial. Ulysses limitou-se a ouvir, mas todos os políticos de sua influência direta e até a sua assessoria estão trabalhando ativamente para viabilizar o parlamentarismo já. Em conversas reservadas, dirigentes do PMDB, governadores e até alguns ministros concluíram que o País já está atravessando uma séria crise de governabilidade. Deixá-la aprofundar seria colocar em risco a própria transição democrática.

Durante a reunião na residência de Ulysses, iniciada às 22h00 e encerrada à 01h00 da madrugada, o ministro Luiz Henrique lembrou que sempre defendeu a introdução do parlamentarismo no início de 89. No ato, outros participantes observaram que não se tratava disso, mas sim da adoção do parlamentarismo 10 dias depois de promulgada a nova Constituição.

Na avaliação dos políticos do

PMDB que não aceitam os cinco anos, o único resultado concreto dessa articulação será a garantia da aprovação do parlamentarismo. O deputado Antônio Brito, vice-líder do PMDB, calcula que isto tenha significado nas últimas horas a mudança de cerca de 40 votos até então presidencialistas.

Já o senador José Fogaça considera difícil mensurar o peso dessa articulação: "Trata-se de um movimento subterrâneo feito à revelia das lideranças partidárias. Ele é uma solução para os políticos governistas comprometidos com os cinco anos de mandato para Sarney que querem honrar este compromisso, mas querem também tirar o Presidente da República do poder o quanto antes".

Participaram da reunião na residência de Ulysses, os ministros Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, os assessores Miguel Reali Júnior e Israel Pinheiro Filho e os constituintes Cid Carvalho, Expedito Machado, José Geraldo, Gil César, Ailton Sandoval, Maurício Fruet, Nelson Jobim, Fernando Cunha, Ronaldo César Coelho e Gebalado Correia. Ontem à noite, nova reunião foi realizada. Desta vez, a articulação foi do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro.



Durante a cerimônia de ontem, Ulysses condecorou o ministro Moreira Lima, da Aeronáutica

## Grupo reage contra pressão na votação

As relações dos presidencialistas às notícias de que o sistema de governo deverá ser votado neste fim de semana variaram da irritação à incredulidade, embora uma boa parte desse mesmo grupo admitisse que esta era a "saída lógica" tanto para o PMDB, supostamente interessado em implantar o parlamentarismo, como para seu Presidente, Ulysses Guimarães, que está visando, segundo os presidencialistas, a dupla consequência de tornar-se 1º ministro e adiar a disputa presidencial para 1989.

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), hoje um adversário de Ulysses no partido, anunciava ontem que votaria a favor do presidencialismo "só para desmarcar esse acordo", referindo-se às versões de que a aprovação do parlamentarismo teria sido acertada em troca do mandato de 5 anos. Lyra dizia "duvidar" que os peemedebistas que se dispusessem a aprovar o presidencialismo tivessem a coragem de votar a favor dos cinco anos para Sarney.

"Agora, para os parlamentaristas — prosseguiu — a lógica fica nos seguintes termos: já se confrontou o sistema, votando no parlamentarismo, então porque confrontá-lo de novo, votando a favor dos quatro anos de mandato?"

Centrão

A marcação da votação sobre

## ACM prevê 5 anos de mandato

Em declarações feitas após a solenidade de entrega da Ordem do Congresso, o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, manifestou a opinião de que a tendência da Constituinte é aprovar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e a manutenção do sistema presidencialista. Acrescentou o ministro que "o ideal é que não haja impasse", mas, que se isso ocorrer, caberá aos constituintes encontrar a saída.

Discreto, como os demais ministros militares, o chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Sousa Mendes, esquivou-se de aprofundar avaliações sobre o sistema de governo e o mandato presidencial. Ele apenas afirmou em tom evasivo: "É difícil

fazer previsões. Pode dar tudo".

O chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, afirmou que o presidente Sarney "não será obstáculo a nenhuma solução consensual dentro da Constituinte", mas se sente impedido de participar das negociações. Segundo o ministro a Constituinte "vai votar e decidir o que é melhor para o Brasil".

Em resposta a uma pergunta sobre a possibilidade de entendimentos em torno da adoção do parlamentarismo com cinco anos para Sarney, Costa Couto afirmou que o Presidente "está trabalhando e acompanhando o panorama político", mas, apesar do seu interesse pelo processo, "não chamou as lideranças ao Palácio para conversar sobre o mandato".



Fotos: Josemar Gonçalves



## "Mulheraço" atrai plenário

A revista "Mulheraço" fez um grande sucesso entre os constituintes, durante a votação de ontem do Capítulo sobre o Poder Legislativo. Inicialmente, o deputado José Genoíno (PT-SP) folheou a revista que traz mulheres em trajes sumarríssimos. Contento com o que viu chamou o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), para participar da "leitura". Gastone, por sua vez, mostrou a

"Mulheraço" para a sua colega Abigail Feitosa (PSB-BA). O líder ainda reuniu um grupo no plenário em torno da revista. A roda somente foi desfeita quando o deputado José Maurício (PDT-RJ) desapareceu com a publicação. "Mulheraço" é uma revista, "voltada para a política", mas que usa o apelo sexual para sua comercialização.

## Lourenço quer cassar comenda de Meneghelli

Por iniciativa do líder do PFL, deputado José Lourenço, que está recebendo assinaturas de apoio de muitos parlamentares, será requerida a Ordem do Congresso Nacional a cassação da comenda concedida — e ainda não entregue — a Jair Meneghelli.

Ontem, na cerimônia de condecoração, o líder do PDS, Amal Netto, há tempos agraciado, estava com a medalha na mão. Se anunciado o nome do presidente da CUT, ele iria interromper a cerimônia e devolver a comenda ao presidente do Conselho da Ordem, senador Humberto Lucena, presidente do Senado e do Congresso Nacional.

Na noite de quarta-feira, após os incidentes no plenário que levaram Ulysses Guimarães a suspender a sessão da Constituinte, a cerimônia só não foi adiada graças às providências do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho. Tão logo confirmada a ausência de Meneghelli — que está na Austrália —, o senador parense telefonou ao ministro-chefe do SNI, general Ivan Mendes, do gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Passarinho passou o telefone ao senador Lucena, que explicou a situação. O general Ivan Mendes, por solicitação de Lucena, entrou em contato com os ministros militares, garantindo a presença de todos eles.

Estavam defendendo o adiamento da cerimônia, entre outros, o senador Humberto Lucena e o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro. Depois de informados de que Meneghelli não iria comparecer, ficou decidido que seu nome nem seria anunciado como um dos agraciados. Depois disso, o presidente do Senado ficou mais tranquilo, confirmando, em seguida, a presença dos ministros do SNI, Marinha, Exército e Aeronáutica. O chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denny, não compareceu e a sua medalha foi entregue ao subchefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, pouco antes do início da cerimônia.

Os líderes do PFL e do PDS na Câmara, José Lourenço (BA) e Amal Netto (RJ), encaminharão ontem, requerimento ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), solicitando a cassação da comenda outorgada ao presidente da CUT, Jair Antonio Meneghelli, em protesto pelas "insidiosas manifestações do agraciado em afronta ao Congresso Nacional". Ambos ameaçaram não participar das sessões de votação da Constituinte, caso Jair Meneghelli não seja excluído da lista de agraciados.

## CGT vê despreparo para a democracia

O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, condenou a reação dos constituintes do Centrão contra a entrega da Ordem do Congresso ao Presidente da CUT, Jair Meneghelli, afirmando que isso é uma demonstração de falta de preparo "para a convivência democrática".

Joaquinão observou que, apesar dos reparos que faz aos cartazes preparados pela CUT, acusando os integrantes do Centrão de "traidores do povo", considerava a reação contra Meneghelli uma atitude de intolerância incompatível com o clima de democratização em que, na sua opinião, vive o País.

Para o presidente da CGT, o atual momento "exige desarmamento de espíritos em todos os segmentos interessados na consolidação democrática". Embora condene excessos, lembrou que "a convivência com a liberdade e com a divergência de opiniões é fundamental ao regime democrático".

Joaquinão também fez questão de ressaltar que Meneghelli não teve responsabilidade pelos tumultos promovidos ano passado, nas galerias da Constituinte, por militantes da CUT. Ao contrário, afirmou, Meneghelli, que estava ao seu lado, tentou conter os manifestantes que arremessaram diferentes objetos contra os constituintes.

## "A política tem horror ao impasse"

"A política tem horror, ojeriza, ao impasse, ao beco sem saída. O ofício do político é a negociação. Quero ser a expressão da possibilidade desse entendimento". Com essa declaração, o deputado Ulysses Guimarães reafirmou, ontem, a sua disposição de encontrar uma fórmula de entendimento entre a maioria dos constituintes para a definição do sistema de governo e a duração do mandato presidencial. As negociações, por sinal, se intensificaram na Constituinte. Mas, no Planalto, o presidente José Sarney voltou a assegurar ao deputado Fábio Raunheiti, do PTB do Rio de Janeiro, que não negociará nem o mandato e nem o sistema de governo.

Na avaliação de Ulysses, a pior

solução é a indefinição. Daí sua decisão de votar o quanto antes o sistema de governo. Na quarta-feira, em sua residência, o presidente da Constituinte disse ser "perigoso" o adiamento da decisão, mas não justificou porque. Políticos ligados a Ulysses dizem que suas preocupações podem ser resumidas em três pontos: 1) — Enquanto não tomar uma decisão, a Constituinte fica exposta a toda sorte de pressões que, aliás, aumentaram nos últimos dias; 2) — A Constituinte deve decidir sem medo, mas também sem apostar no impasse. Quer dizer, deve aprovar de preferência uma fórmula que não sofra veto militar. É o caso, por exemplo, do parlamentarismo com cinco anos; 3) — A administração do presidente José

Sarney já estaria no limiar da ingovernabilidade, com a rápida deterioração da situação econômica. O governo deve, portanto, ser substituído o quanto antes (parlamentarismo já).

Em todas as reuniões, Ulysses tem evitado manifestar-se abertamente a favor de qualquer das alternativas. Mesmo porque a maioria do PMDB é favorável ao mandato de quatro anos. A todos os interlocutores ele tem sempre repetido que quer uma solução, qualquer que seja ela. Mas, discretamente, estimula a fórmula de parlamentarismo já com mandato de cinco anos, que está sendo articulada pelos políticos que lhe são mais próximos, inclusive ministros. (A.M.)

## Planalto já vive clima de euforia

O clima de euforia passou a tomar conta, ontem, do Palácio do Planalto, diante das perspectivas da Constituinte aprovar o regime presidencialista. Reunido, com sete ministros, o assessor especial Thales Ramalho e o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o presidente Sarney contabilizou os prós e contra o presidencialismo e concluiu ter maioria a continuidade do regime atual.

Sarney, no entanto, recomendou a cada ministro presente o máximo de empenho para "não deixar a peteca cair", conforme confidenciou um dos participantes da reunião. Estavam presentes: Costa Couto, do Gabinete Civil; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Prisco Viana, da Habitação; Hugo Castelo Branco da Indústria e Comércio; Reinaldo Tavares, dos Transportes, e João Alves, do Interior.

A ofensiva final do Executivo sobre a Constituinte foi comparada a uma luta de dois rounds: no primeiro, as negociações se voltam exclusivamente para derrotar a bancada parlamentarista. No segundo, o Executivo lançará todas as cartas para a fixação do mandato de cinco anos também para o presidente José Sarney.

## STF exige que Collor se explique

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Rafael Mayer, enviou ontem ofício ao governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, pedindo informações sobre os motivos que o levaram a descumprir a decisão judicial que determinou o pagamento das vantagens dos marajás. A decisão do ministro foi tomada após fracassar sua tentativa de solucionar administrativamente o impasse entre Collor de Mello e o Tribunal de Justiça de Alagoas, que pediu ao STF a decretação de intervenção Federal no Estado. Rafael Mayer, segundo a assessoria de imprensa do Tribunal, manteve contato telefônico com o governador "mas não conseguiu resolver o problema por via administrativa".

De acordo com o regimento interno do STF, o ministro-presidente, na primeira fase do processo de intervenção, funciona como diplomata "para remover administrativamente os motivos da intervenção", ou seja: uma tentativa de acordo entre as partes afastando as dificuldades do conflito, no caso em questão entre os dois poderes estaduais Judiciário e Executivo. Esgotada essa fase, STF pede informações ao governador que tem dez dias de prazo para apresentá-las. Sobre o pedido de audiência solicitado por Fernando Collor, o ministro Rafael Mayer informou que ainda não marcou data para recebê-lo. Ao ser indagado se receberia a visita do governador extra-agenda, ele afirmou que em seu gabinete recebe todas as pessoas que o procuram.

## Montoro prega o fim da crise

Ao reagir, ontem, contra a possibilidade de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, afirmou, em entrevista coletiva, que a melhor saída para o País, nesse momento, é a elaboração de um programa de emergência, preparado pela própria sociedade.

Advertiu Montoro que o eventual apoio da cúpula do PMDB a um mandato de cinco anos aprofundará a divisão no partido e poderá levar uma parcela dos peemedebistas — os "históricos", inclusive ele, a deixar o partido: "Essa possibilidade existe. Conforme o desenvolvimento da luta que sustentamos, estamos dispostos a caminhar para outra solução".

"Como está, estamos indo para um despenhadeiro. Isso nos levará a uma inflação de 500, 600 ou 1000%, o que é insustentável", observou Montoro, para reforçar a sua argumentação em favor de entendimentos entre políticos, sindicalistas e empresários, capazes de assegurar um programa mínimo para atenuar a crise econômica vivida pelo País.

Perguntado se isso significaria um alijamento do presidente Sarney do processo de superação da crise, lembrou Montoro que o próprio Presidente já fez apelos no sentido de um pacto social e que por isso o Governo não deve sentir diminuído por entendimentos desenvolvidos pela sociedade.

Entendimento

Salientou Montoro que na sociedade moderna, as soluções da coletividade devem incorporar a contribuição de diferentes setores e não apenas do Governo que — acrescentou — não é o único responsável pela crise.

O ex-governador paulista

## Dá parlamentarismo, diz Bogo

A vitória do parlamentarismo, com uma margem de 15 a 20, votos sobre o presidencialismo, é tida como certa pelo deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), que, apesar de defender um mandato de quatro anos para todos os presidentes, prefere desvincular sistema de governo de mandato presidencial. "O sistema é prioritário e por isso discordo de acordos que envolvam, agora, o mandato presidencial. Contudo, por considerar o sistema de governo mais importante, se não houver alternativa, até

aceito que Sarney permaneça cinco anos, se for a forma de implantarmos o parlamentarismo no País", acrescenta Bogo.

O parlamentar gaúcho igualmente não teme golpe de Estado ou qualquer movimento por parte de militares, titando a homenagem que o ministro Leonidas Pires Gonçalves, do Exército, recebeu do Congresso como uma prova de que há plena sintonia entre as Forças Armadas e as decisões da Constituinte.

mitiu que esse convênio, embora tenha demonstrado "acordamento" e falta de ética do ex-presidente do órgão, "é juridicamente perfeito". Serrão disse também que a reprogramação dos recursos — que será feita em termo aditivo — nenhum Estado sairá perdendo ou recebendo menos, informando que, a partir de agora, as secretarias de Saúde que não prestarem contas sobre a aplicação de recursos, inclusive com dados estatísticos de quantos atendimentos foram feitos durante o mês, terão os repasses suspensos.

## Convênios sem contas certas serão sustados

Os convênios assinados pelo ex-presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, 24 horas antes de sua demissão do órgão, estão em vigor. Apesar de válido, este convênio terá um termo aditivo para "reprogramar os recursos e as definições sobre as importâncias destinadas a cada Estado", explicou ontem o presidente interino do Inamps, José de Ribamar Serrão, desmentindo notícia divulgada por este jornal, segundo a qual, o convênio estaria congelado.

O presidente do Inamps ad-

